DIÁRIO DO MUNICÍPIO

TERÇA-FEIRA | 17 DE NOVEMBRO DE 2026 ANO: 02 ◆ Nº 290 ◆ PREÇO: R$ 2,50

Vereador cobra prevenção climática e fiscalização de obras em Anápolis

Vereador denuncia falta de planejamento da Prefeitura de Anápolis para enfrentar eventos climáticos extremos e cobra criação de comitê preventivo. Parlamentar também questiona a perda de recursos do PAC, obras paradas e falta de transparência nos gastos públicos.

Pg. 3



Pg. 4

Equatorial programa manutenção da rede elétrica em nove localidades de Anápolis

A Equatorial Goiás realiza, entre os dias 16 e 22 de novembro, serviços de manutenção e modernização da rede elétrica em nove localidades de Anápolis, incluindo bairros residenciais e o Daia. As intervenções poderão provocar desligamentos temporários em trechos específicos. Os consumidores podem consultar endereços e horários no site da concessionária.

Ouro Preto suspende linha para Abadiânia e reajusta tarifas em Anápolis
Pg. 6

Projeto prevê férias de até seis semanas ao mudar contagem dos dias de descanso
Pg. 7

Pix poderá permitir pagamentos por aproximação mesmo sem internet
Pg. 2

Carla Santillo, de Anápolis, será vice-presidente do TCE-GO em 2027

O TCE-GO elegeu por unanimidade, nesta segunda-feira (16), Sebastião Tejota para a presidência no biênio 2027–2028. A nova Mesa Diretora terá a conselheira Carla Santillo, natural de Anápolis, como vice-presidente e Kennedy Trindade na Corregedoria-Geral. A posse está prevista para dezembro, com início dos mandatos em janeiro de 2027.

9 771414 621006 >

@diariodomunicipio
www.dmanapolis.com.br
(62) 3706-9010 | (62) 99161-3373
redação@dmanapolis.com.br | comercialdiariodomunicipio@gmail.com

PIX

Pix poderá funcionar sem internet e ganhar integração internacional

Redação

O Pix poderá ganhar uma nova funcionalidade que permitirá realizar pagamentos mesmo sem conexão com a internet. A novidade está entre os projetos anunciados pelo Banco Central (BC) no balanço dos seis anos de funcionamento do sistema, celebrado nesta segunda-feira (16). A proposta prevê transações por aproximação, utilizando a tecnologia NFC, presente em celulares, cartões com chip, etiquetas eletrônicas e dispositivos vestíveis, como relógios e pulseiras.

A modalidade está em fase de estudos e ainda não tem data definida para chegar aos usuários. Diferentemente do Pix por aproximação disponível des de fevereiro de 2025, que exige conexão com a internet nos dispositivos envolvidos, o novo modelo permiti-á que o pagador inicie a operação mesmo estando off-line.

Segundo o BC, a iniciativa busca ampliar o acesso aos pagamentos digitais, especialmente entre pessoas queenfrentam dificuldades de conectividade ou têm menor familiaridade com ferramentas tecnológicas.

A proposta também considera o uso de dispositivos como relógios inteligentes e pulseiras eletrônicas para iniciar as transações.

Além do pagamento off-line, a agenda de inovação inclui melhorias no Pix Automático, lançado em junho de 2025 para cobranças recorrentes, como con tas de água, energia, assinaturas e mensalidades. Entre as mudanças previstas estão a possibilidade de realizar pagamen-tos parciais, alterar regras de recorrência e utilizar a ferramenta em cobranças sem periodicidade definida.

CRÉDITO

Outra frente de desenvolvimento envolve a ampliação das funcionalidades financeiras do sistema. O Banco Central pretende permitir que duplicatas escriturais, títulos eletrônicos utilizados em vendas a prazo entre empresas, sejam quitadas imediatamente por meio de QR Code.

Também está em estudo a utilização de valores que empresas têm a receber futuramente pelo Pix como garantia em operações de crédito. A expectativa é melhorar as condições de financiamento e reduzir os custos para negócios que utilizam frequentemente o sistema de pagamentos.

No cenário internacional, o BC trabalha para conectar o Pix a sistemas de pagamentos de outros países, facilitando transferências e remessas internacionais. Uma das iniciativas prevê a integração com o TIPS (Target Instant Payment Settlement), plataforma de pagamentos instantâneos da zona do euro. Os estudos conjuntos com o Banco Central Europeu (BCE) foram anunciados em setembro e envolvem análises técnicas, operacionais, jurídicas e comerciais.

EXPANSÃO

Os números demonstram a dimensão alcançada pelo Pix desde sua criação. Entre janeiro e outubro de 2026, foram realizadas 76 bilhões de transações, crescimento de 17,6% em comparação com o mesmo período de 2025. No dia 6 de novembro, o sistema registrou recorde diário de 319,7 milhões de operações.

Em 2025, foram quase 80 bilhões de transações, que movimentaram mais de R$ 35 trilhões. O sistema também ultrapassou, neste ano, a marca de 1 bilhão de chaves cadastradas.

O Pix conta atualmente com 154 milhões de usuários pessoas físicas, o equivalente a 89% da população adulta, além de 14 milhões de empresas ativas. De acordo com o Banco Central, a utilização supera 80% em todas as regiões brasileiras, com crescimento mais expressivo entre pessoas com renda de até cinco salários mínimos.

SEGURANÇA

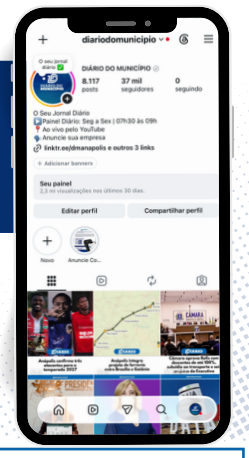
O aprimoramento dos mecanismos de proteção contra fraudes também está entre as prioridades. O BC destacou a ampliação do Mecanismo Especial de Devolução (MED), que permite contestar tran sações suspeitas diretamente pelos aplicativos das instituições financeiras.

As regras também passaram a permitir o rastreamento de valores desviados por diferentes contas utilizadas em golpes, aumentando as possibilidades de recuperação do dinheiro pelas vítimas. Outra medida estabelece o cadastramento prévio de dispositivos para operações acima de determinados limites.

Entre os próximos projetos está a criação de um indicador de probabilidade de fraude para cada transação, com utilização de inteligência artificial e aprendizado de máquina. O objetivo é aprimorar a identificação de operações suspeitas e estabelecer cri térios para que instituições financeiras possam bloquear preventivamente pa gamentos considerados de risco.

Fale conosco e nos siga em nossas redes sociais:

dmanapolis.com.br
@diariodomunicipio
(62) 3706-9010
(62) 99161-3373
redação@dmanapolis.com.br
comercialdiariodomunicipio@gmail.com



DIÁRIO DO MUNICÍPIO

Preço das assinaturas
R$ 49,90 mensal
R$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R$ 2,50 **Domingo** R$ 3,50

REPORTAGEM
Carlos Antônio Lucivan Machado

EMPRESA EDITORA DIARIO DO MUNICIPIO Ltda
Endereço: Rua PSJ 7; Qd. 04 Lt. 43; PARQUE SÃO JERONIMO; 75.097-045. Anápolis-GO

Deptº Comercial/ Redação
(62) 98251-1504
(62) 99161-3373

POLÍTICA

Vereador cobra prevenção contra eventos climáticos e fiscalização de obras em Anápolis

Redação

A falta de planejamento da Prefeitura de Anápolis para enfrentar eventos climáticos extremos e a paralisação de obras anunciadas pelo município foram alvo de críticas e cobranças do vereador durante manifestação na Câmara Municipal. O parlamentar também questionou a capacidade técnica da administração para garantir recursos federais destinados a obras de infraestrutura e prevenção de alagamentos.

Ao relembrar a participação nas discussões da COP30, realizada em Belém (PA), no ano passado, o vereador destacou a necessidade de Anápolis avançar na elaboração de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. Segundo ele, os problemas registrados na cidade no dia 7 de novembro, com queda de árvores e alagamentos, evidenciam a ausência de medidas preventivas e de manutenção urbana.

O parlamentar também apontou o que considera abandono de parques e praças e deficiência nos serviços de zeladoria. Para ele, se a administração mu nicipal enfrenta dificuldades até mesmo na manutenção dos espaços públicos, a preparação para eventos climáticos extremos se torna ainda mais preocupante.

Diante da possibilidade de intensificação dos efeitos do El Niño no início de 2027, o vereador defendeu a criação de um comitê municipal de acompanhamento das mudanças climáticas. A proposta é reunir representantes da Prefeitura, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil e sociedade civil para monitorar situações de risco, planejar ações e estabelecer medidas preventivas.

RECURSOS

Outro ponto levantado foi a destinação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para Anápolis. De acordo com o parlamentar, o governo federal disponibilizou mais de R$ 330 milhões para projetos de contenção, drenagem urbana e prevenção de problemas ambientais. No entanto, segundo as informações que ele afirma ter recebido do governo federal, o município teria conseguido garantir apenas R$ 40 milhões.

O vereador atribuiu a diferença à falta de projetos e de equipe técnica na administração municipal. Ele também criticou a estrutura administrativa, que concentra as atribuições ambientais em uma secretaria responsável por Obras, Infraestrutura e Habitação, sem uma pasta exclusiva para o Meio Ambiente.

A preocupação, segundo ele, não se limita à captação dos recursos, mas também à capacidade de execução das intervenções. O parlamentar citou o levantamento de 41 áreas de risco em Anápolis, das quais dez estariam em situação crítica, conforme informações mencionadas durante a manifestação. Ele cobrou obras efetivas para reduzir a vulnerabilidade desses locais.

OBRAS

A situação do Parque da Matinha também entrou na pauta. Durante a entrevista, foi solicitado ao vereador que cobrasse informações sobre os recursos destinados à revitalização do espaço e o andamento dos trabalhos. A denúncia apresentada aponta que, apesar do anúncio da reforma, apenas dois trabalhadores estariam atuando no local.

O parlamentar afirmou que já encaminha ofícios e requerimentos à Prefeitura para obter o cronograma das obras financiadas com recursos do PAC, além de esclarecimentos sobre os projetos que não teriam sido apresentados para garantir o restante dos recursos federais.

Ele também anunciou visitas presenciais para fiscalizar intervenções anunciadas pelo município e que, segundo sua avaliação, permanecem paralisadas. “Anápolis está se tornando um verdadeiro canteiro de obras paradas”, afirmou, ao mencionar que anúncios feitos em julho, durante as comemorações do aniversário da cidade, não teriam se convertido em obras efetivas.

TRANSPARÊNCIA

Além das questões ambientais e de infraestrutura, o vereador voltou a cobrar esclarecimentos sobre a utilização do chamado cartão corporativo da Prefeitura. Segundo ele, requerimentos apresentados há alguns meses solicitando informações sobre os usuários, os valores gastos e a prestação de contas não teriam sido respondidos pela administração municipal.

O parlamentar também citou questionamentos anteriores sobre os aproximadamente R$ 15 milhões anuais destinados à comunicação institucional da Prefeitura. Ele afirma que solicitou informações sobre a aplicação dos recursos em campanhas educativas e publicitárias, mas não recebeu os esclarecimentos.

Diante da falta de respostas, o vereador informou que pretende encaminhar a questão do cartão corporativo ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público de Contas e ao Ministério Público Estadual, seguindo procedimento semelhante ao adotado nas cobranças relacionadas aos gastos com comunicação.

A iniciativa, segundo ele, busca garantir transparência na aplicação dos recursos públicos e assegurar que a administração municipal preste os esclarecimentos solicitados.

Allyne Laís



SAÚDE

Equatorial realiza melhorias na rede elétrica em nove localidades de Anápolis

Redação

A Equatorial Goiás programou uma série de serviços de manutenção e modernização da rede elétrica em Anápolis entre esta segunda-feira (16) e domingo (22). As intervenções contemplam nove localidades, incluindo bairros residenciais e o Distrito Agroindustrial de Anápolis (Daia), e poderão exigir desligamentos temporários de energia em pontos específicos.

Nesta segunda-feira (16), os trabalhos estão previstos para trechos do Residencial Flor do Cerrado. Na terça-feira (17), a programação contempla Adriana Parque, Centro, Condomínio Residencial Grand Trianon, Itamaraty, Jardim Alexandrina, Residencial Premiere e Bela Vista.

Já no domingo (22), as equipes atuarão no Daia, com serviços voltados à manutenção e melhoria da infraestrutura elétrica da região.

Segundo a concessionária, as ações têm como objetivo preservar as condições de funcionamento da rede, ampliar a qualidade do fornecimento e preparar a estrutura para acompanhar o crescimento da demanda por energia.

O superintendente da Equatorial Goiás na região, Thiago Nunes, afirma que os desligamentos são planejados antecipadamente para permitir a execução dos trabalhos com segurança e reduzir os impactos aos consumidores.

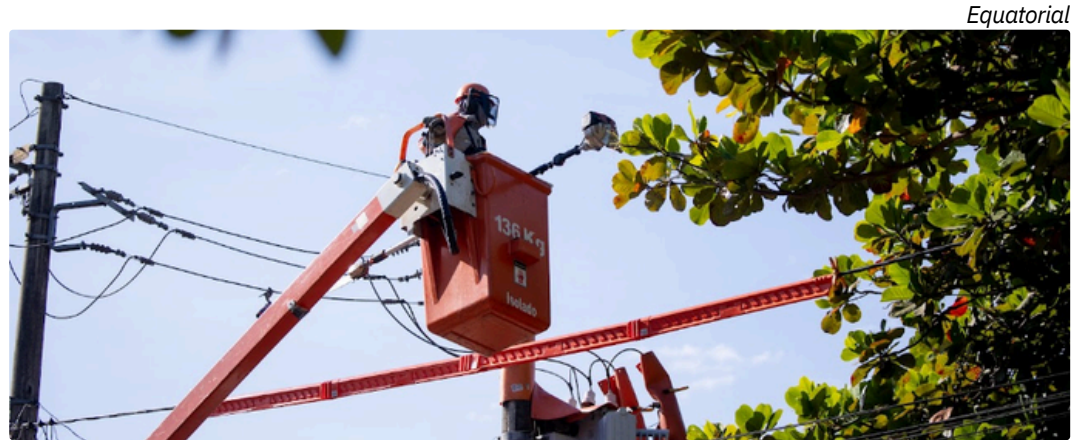
A empresa ressalta que as interrupções serão pontuais e limitadas aos trechos contemplados pelas intervenções. Portanto, nem todos os imóveis dos bairros relacionados serão necessariamente afetados.

CONSULTA

Os consumidores podem conferir se o imóvel está incluído na programação, além dos respectivos dias e horários dos desligamentos, pelo site: https://go.equatorialenergia.com.br/consulta-desligamento-programado/.

Basta selecionar Anápolis para acessar as informações.

Equatorial



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
NOTIFICANTE: REALIZA EMPREENDIMENTO GOIÂNIA I SPE LTDA
NOTIFICADO: JOSE EDIMILSON PEREIRA MORAES JUNIOR

A **NOTIFICANTE**, na forma da lei, faz saber a todos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele notifica os senhores **JOSE EDIMILSON PEREIRA MORAES JUNIOR** dos seguintes termos:

V. Sa. firmou junto à **NOTIFICANTE** o **COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA** para aquisição do imóvel constituído do apartamento APTO 301 do TORRE 01 do empreendimento VARANDAS PARK RESIDENCE 2 - GOIÂNIA / GO.

Ocorre que, V. Sa. se encontra em mora quanto ao pagamento das prestações devidas pelo preço do imóvel, totalizando a quantia de **R$ 18.683,56 (dezoito mil, seiscentos e oitenta e três reais e cinquenta e seis centavos)** conforme indicado abaixo:

PARCELA	DATA DE VENCIMENTO	VALOR PRINCIPAL	REAJUSTAMENTO MONETÁRIO	MULTA (2%)	JUROS (1% AO MÊS)	TOTAL DO DÉBITO
1	31/12/2025	6.728,93	INCC (I-2)	134,87	692,36	7.570,97
10	28/03/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	97,41	1.446,16
11	28/04/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	83,75	1.432,50
12	28/05/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	7052	1.419,27
13	28/06/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	56,86	1.405,61
14	28/07/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	43,64	1.392,39
15	28/08/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	29,97	1.378,72
16	28/09/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	16,31	1.365,06
17	28/10/2026	1.322,30	INCC (I-2)	26,45	3,09	1.351,84
18	28/11/2026	1.322,30	INCC (I-2)	0,00	0,00	1.322,30

Assim, fica V. Sa. formalmente constituído em mora nos termos do Artigo 1º do Decreto Lei 745/69 com a redação alterada pelo artigo 62 da Lei 13.097/15, pelo que solicitamos que efetive o pagamento dos valores devidos no **prazo de 15 (quinze) dias,** todos contados do recebimento da presente notificação.

Caso não seja cumpra a determinação acima o contrato ficará automaticamente rescindido de pleno direito com aplicação da multa contratual prevista.

Atenciosamente,
REALIZA EMPREENDIMENTO GOIÂNIA I SPE LTDA

MARTINS ENGENHARIA AMBIENTAL TORNA PÚBLICO QUE A EMPRESA **COOPERALEX**, CNPJ Nº 69.417.105/0001-47, REQUEREU JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE ALEXÂNIA – GO, A **LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO PARA CENTRAL DE RECEBIMENTO, ARMAZENAMENTO, TRIAGEM E/OU TRANSBORDO DE SUCATA METÁLICA, PAPEL, PAPELÃO, PLÁSTICOS OU VIDRO PARA RECICLAGEM** LOCALIZADO NA RUA 158, S/N, QUADRA 265, LOTES 03/04, SETOR MORADA NOVA, ALEXÂNIA – GO.

PLANETTA ENGENHARIA TORNA PÚBLICO QUE A EMPRESA **CONSTRUTORA D'AVILA REIS LTDA,** CNPJ: 22.610.612/0001-39, REQUEREU À SECRETARIA DE OBRAS, HABITAÇÃO, PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE DE ANÁPOLIS A **LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA PARA ATIVIDADE DE IMPLANTAÇÃO D**E MÚLTIPLOS PAVIMENTOS OU UNIDADES NA PARTE DE TERRAS SITUADA NA FAZENDA GODOIS, ZONA URBANA, ZONA URBANA, ANÁPOLIS – GO.

TAPA NA CARA

A riqueza do Brasil e a pobreza da política

João Areis Preda

O Brasil é um país de riquezas extraordinárias, de belezas naturais incomparáveis e de um povo que merece muito mais do que lhe tem sido oferecido. Entretanto, convivemos com uma contradição dolorosa: tanta riqueza e tantas necessidades ainda sem solução.

A pobreza não está na terra, nem na capacidade do nosso povo. Está também na política, especialmente na atuação daqueles que transformam o mandato em instrumento de interesses próprios, esquecendo-se de que o dinheiro público pertence à sociedade.

É uma verdadeira tapa na cara do cidadão que trabalha, paga seus impostos e espera ver os recursos aplicados na saúde, na educação, na cultura e na qualidade de vida.

Até os animais, que muitas vezes são chamados de irracionais, dão exemplos de dedicação e trabalho. O cavalo, por exemplo, arrasta o arado com bravura, contribuindo para a produção e a riqueza da terra.

Não merece ser comparado àqueles que, tendo consciência de suas responsabilidades, deixam de cumprir seu dever.

O povo quer verdade, respeito e transparência. Não pede privilégios, pede dignidade. Quer saber onde está sendo aplicado o dinheiro que entrega ao poder público.

É preciso cobrar! Cobrar sempre!

Afinal, até quando a sociedade continuará assistindo à distância entre as promessas políticas e a realidade de quem mais precisa.

Em um país tão rico, os cidadãos não podem continuar reféns de seus representantes.

POLÍTICA

Sebastião Tejota assume presidência do TCE-GO em 2027

Eleição foi unânime; anapolina Carla Santillo ocupará a vice-presidência e Kennedy Trindade ficará à frente da Corregedoria-Geral

Kazuo



Redação

O conselheiro Sebastião Tejota foi eleito por unanimidade, nesta segunda-feira (16), presidente do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) para o biênio 2027–2028.

A escolha recebeu os sete votos dos integrantes titulares da Corte. Atualmente vice-presidente, ele substituirá Helder Valin, cujo mandato termina em dezembro deste ano.

A nova composição da Mesa Diretora também terá a conselheira Carla Santillo na vice-presidência e Kennedy Trindade como corregedor-geral. Ambos foram eleitos com votação unânime. A posse está prevista para dezembro, com início dos mandatos em janeiro de 2027.

A eleição foi realizada pela primeira vez em formato virtual. A votação ocorreu por escrutínio secreto, com abertura e apuração eletrônicas.

O processo foi acompanhado pelo Ministério Público de Contas (MPC), que atestou a regularidade do procedimento.

REPRESENTAÇÃO DE ANÁPOLIS

A escolha de Carla Santillo para a vice-presidência ganha destaque para Anápolis. Natural do município, ela é formada em Odontologia, com especialização em Endodontia e pós-graduação em Controle Externo e Governança Pública.

Antes de ingressar no TCE-GO, Santillo atuou na administração da Central Odontológica de Anápolis e foi eleitadeputada estadual em 2002. Em 2006, assumiu o cargo de conselheira do tribunal.

Ao longo da trajetória na Corte, ocupou a Corregedoria-Geral em 2008, exerceu a Vice-Presidência entre 2013 e 2014 e presidiu o TCE-GO no biênio 2015–2016. Atualmente, ocupa novamente a função de corregedora-geral

Gustavo Soares/Dicom/DPE-GO



TRAJETÓRIA

Natural de Montalvânia (MG), Sebastião Tejota é formado em Direito e construiu carreira política em Goiás. Foi deputado estadual por quatro mandatos e presidiu a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) nos biênios 1999–2000 e 2001–2002. Também assumiu interinamente o Governo de Goiás entre abril e maio de 2000.

Em 2002, foi indicado pela Alego para uma vaga de conselheiro do TCE-GO, tomando posse em janeiro de 2003. Já presidiu o tribunal em 2006 e exerceu a Corregedoria-Geral em quatro mandatos.

Kennedy Trindade, eleito corregedor-geral, é engenheiro civil e mestre em Desenvolvimento Territorial. Foi deputado estadual por dois mandatos e assumiu como conselheiro do TCE-GO em 2010. Também presidiu a Corte entre 2017 e 2018.

A Mesa Diretora será responsável pela condução administrativa do tribunal pelos próximos dois anos. O TCE-GO fiscaliza a aplicação dos recursos públicos estaduais, incluindo a análise das contas e da gestão de órgãos e entidades do Estado.

TRANSPORTE

Viação Ouro Preto encerra linha entre Anápolis e Abadiânia e reajusta tarifas

Novos valores passam a valer para viagens a Pirenópolis, Corumbá de Goiás e Goianápolis; empresa atribui suspensão do trajeto à baixa procura

Redação

A Viação Ouro Preto encerrou a operação da linha de ônibus entre Anápolis e Abadiânia. A decisão foi anunciada pela empresa na noite deste domingo (15), por meio de uma publicação nas redes sociais. Segundo a companhia, a suspensão do serviço ocorreu devido à baixa demanda de passageiros.

Além da mudança, a empresa divulgou novos valores para as passagens de outras três linhas que atendem Anápolis. As tarifas para Goianápolis, Pirenópolis e Corumbá de Goiás foram atualizadas para R$ 12, R$ 22,50 e R$ 23 respectivamente.

O reajuste foi autorizado pela Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos (AGR).

HORÁRIOS DAS VIAGENS

A Viação Ouro Preto também informou os horários de funcionamento das linhas entre Anápolis e os municípios atendidos. Para Pirenópolis, de segunda-feira a sábado, os ônibus partem de Anápolis às 8h15, 11h15 e 17h. Aos domingos, as viagens são realizadas às 8h15 e às 17h.

No sentido contrário, as partidas de Pirenópolis ocorrem às 6h15, 9h45, 12h45 e 18h30, de segunda-feira a sábado. Aos domingos, os horários são às 11h e às 18h30. Já no trajeto entre Anápolis, Corumbá de Goiás e Cocalzinho de Goiás, os ônibus saem de Anápolis às 10h e às 16h, de segunda-feira a sábado. Aos domingos, há uma partida às 13h. No sentido de Cocalzinho para Anápolis, as viagens ocorrem às 6h, 12h30 e 17h50, de segunda-feira a sábado, e às 15h aos domingos. De Corumbá de Goiás para Anápolis, os horários são às 6h30, 13h e 18h15, de segunda-feira a sábado. Aos domingos, às 15h.

MEMÓRIA

TCE-GO inaugura memorial em homenagem a Henrique Santillo, ex-prefeito de Anápolis

Redação

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) inaugurou, nesta segunda-feira (16), o Memorial Henrique Santillo, instalado no átrio do edifício-sede da instituição, em Goiânia. O espaço reúne fotografias, comendas e objetos pessoais cedidos pela família e apresenta uma linha do tempo da trajetória pública do político, que teve papel importante na história de Anápolis e de Goiás.

Henrique Santillo foi vereador e prefeito de Anápolis, deputado estadual, senador da República e governador de Goiás. Também ocupou os cargos de ministro da Saúde e secretário estadual de Saúde e de Relações Institucionais. No Tribunal de Contas, atuou como conselheiro e presidente da instituição, função que exercia quando faleceu, em 2002.

A solenidade de inauguração reuniu autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, representantes de instituições públicas, conselheiros, servidores, familiares e amigos do homenageado. Entre os presentes estavam o secretário da Casa Civil, Bruno Belém, que representou o governador Daniel Vilela; a prefeita em exercício de Goiânia, coronel Cláudia Lira; o presidente do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás (TCM-GO), Joaquim de Castro; e o desembargador Itamar de Lima, do Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO).

O presidente do TCE-GO, conselheiro Helder Valin, abriu os pronunciamentos com um resgate da trajetória de Santillo e dos cargos ocupados ao longo da vida pública. Emocionado, destacou o legado de honradez e dedicação do ex-presidente à população goiana e ao país. Em seguida, passou a palavra à conselheira Carla Santillo, filha do homenageado.

Carla agradeceu a iniciativa de Valin e reconheceu o trabalho dos servidores e da equipe técnica envolvidos na criação do memorial. Ao falar sobre o pai, destacou sua dedicação à medicina, especialmente ao atendimento de crianças de famílias carentes, e o compromisso com as causas sociais. Segundo ela, Henrique Santillo era um homem de ideais que enfrentava desafios para transformar projetos em ações concretas em benefício da sociedade.

A conselheira também relembrou os desafios enfrentados por Santillo durante o governo estadual, período marcado por dificuldades financeiras, planos econômicos fracassados e pelo acidente radiológico com o césio-137. Apesar do cenário adverso, ressaltou as realizações de sua gestão em áreas como saúde pública, saneamento, infraestrutura e assistência social.

A atuação de Henrique Santillo à frente do Ministério da Saúde também foi lembrada. Nos anos finais do governo Itamar Franco, ele trabalhou pela implantação dos medicamentos genéricos no Brasil e pelo fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as iniciativas destacadas estão a consolidação da Estratégia Saúde da Família, o fortalecimento dos agentes comunitários de saúde e a ampliação das ações de vacinação, que contribuíram para o reconhecimento internacional do país no combate à poliomielite. Outro marco citado foi a parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Anápolis, que possibilitou a construção de um laboratório para realização do teste do pezinho na unidade, garantindo acesso gratuito ao exame para as crianças.

Durante a cerimônia, Carla Santillo informou que todo o acervo disponibilizado pela família será digitalizado e poderá ser consultado pelo público. A iniciativa pretende preservar documentos e registros de um período importante da história de Goiás e do Brasil, além de permitir que novas gerações conheçam a trajetória e o legado de Henrique Santillo, marcado pelo idealismo, pela honestidade e pelo compromisso com a vida pública.

TRABALHO

Férias podem chegar a seis semanas com nova proposta na Câmara

Projeto de deputadas prevê contar apenas dias úteis no período de descanso e mantém regras conforme faltas injustificadas

Redação

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados nesta segunda-feira (16) pode ampliar o período de férias dos trabalhadores com carteira assinada. A proposta prevê que sábados, domingos e feriados deixem de ser descontados do descanso anual, fazendo com que a contagem considere apenas os dias úteis.

De autoria das deputadas Sâmia Bomfim (PSol-SP) e Duda Salabert (PSol-MG), o Projeto de Lei (PL) 5.858/2026 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e outras normas que regulamentam as atividades de empregados domésticos, aeronautas e atletas profissionais.

Pelo texto, os trabalhadores que atualmente têm direito a 30 dias corridos de férias passariam a contar com 30 dias úteis de descanso. Na prática, o período poderia chegar a aproximadamente seis semanas, ou 42 dias corridos, dependendo da distribuição de fins de semana e feriados.

A proposta mantém as faixas de concessão de férias conforme o número de faltas injustificadas durante o período aquisitivo, mas modifica a forma de contabilização.

Atualmente, a legislação estabelece:

- Até cinco faltas: 30 dias corridos de férias;
- De seis a 14 faltas: 24 dias corridos;
- De 15 a 23 faltas: 18 dias corridos;
- De 24 a 32 faltas: 12 dias corridos.

Com a mudança, os mesmos períodos seriam convertidos em dias úteis. Assim, um trabalhador com até cinco faltas teria direito a 30 dias úteis de descanso, sem que sábados, domingos e feriados fossem descontados.

REGRAS ATUAIS

Hoje, a CLT assegura até 30 dias corridos de férias após 12 meses de trabalho.

A legislação também permite dividir o período em até três etapas, desde que haja concordância do empregado.

Uma delas deve ter pelo menos 14 dias corridos, enquanto as demais precisam contar com, no mínimo, cinco dias corridos cada.

JUSTIFICATIVA

Na justificativa do projeto, as parlamentares argumentam que a contagem atual reduz o tempo efetivo de descanso e pode gerar desigualdade entre trabalhadores, conforme a época escolhida para usufruir das férias.

As autoras também destacam que feriados como Natal e Ano-Novo acabam sendo incluídos no período de descanso, mesmo quando o trabalhador já teria direito a essas datas como folgas.

Segundo as deputadas, o repouso semanal e os feriados são direitos independentes e não deveriam reduzir o tempo de férias.

A proposta busca, portanto, ampliar o descanso efetivo dos trabalhadores.

O PL 5.858/2026 ainda precisa passar pela tramitação no Congresso Nacional, com análise e votação pelos parlamentares.

Até que seja aprovado e sancionado, continuam valendo as regras atuais da CLT.



ENSINO MÉDIO

Notas do Enem 2026 serão divulgadas em 18 de janeiro

Redação

Os participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 conhecerão os resultados em 18 de janeiro de 2027. Já os gabaritos oficiais das provas dos dois dias serão publicados nesta quarta-feira (18). A informação foi anunciada pelo Ministério da Educação (MEC), neste domingo (15), após a conclusão da aplicação do exame em todo o país.

O segundo dia de provas foi realizado neste domingo, com questões de matemática e ciências da natureza. Segundo balanço preliminar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a aplicação ocorreu sem intercorrências graves.

A edição deste ano registrou 5,05 milhões de inscrições confirmadas, número 42,4% superior ao de 2022 e o maior desde 2021. Outro destaque foi o aumento da participação de estudantes concluintes do ensino médio da rede pública. O índice passou de 53,8%, em 2025, para 65% em 2026, representando aproximadamente 250 mil participantes a mais em relação ao ano anterior.

As notas do Enem poderão ser utilizadas para concorrer a cerca de 1,5 milhão de oportunidades de ingresso no ensino superior. A previsão do MEC é de aproximadamente 275 mil vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), 540 mil pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) e 530 mil pelo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), além de processos seletivos próprios das instituições de ensino.

REAPLICAÇÃO

Os candidatos que tiveram a participação prejudicada por problemas logísticos ou doenças infectocontagiosas previstas no edital poderão solicitar a reaplicação entre os dias 16 e 20 de novembro, pela Página do Participante. O mesmo direito será concedido aos inscritos de municípios afetados por situações climáticas e desastres naturais que comprometeram a realização das provas, mediante solicitação e análise do Inep.

A reaplicação está prevista para os dias 15 e 16 de dezembro.

Cada candidato fará apenas a prova correspondente ao dia em que não conseguiu participar, desde que o pedido seja aprovado pelo instituto.

Angelo Miguel/MEC

